

SAÚDE E DEFESA DE DIREITOS:

UMA CARTOGRAFIA DOS TERRITÓRIOS POPULARES DO RIO DE JANEIRO



"Organizações, porém, há muita gente para violência racista."
Sueli Carneiro

Reconhecimento

"Reconstruir nosso algoz que foi feito em ledacos."
Racionais MC

P E S S O A S

C O N S T R O E M

IMPRESSÃO
GRAFITTO
GRÁFICA E EDITORA LTDA

TIRAGEM
250

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Taiane Brito

ORGANIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

FASE RJ
Aercio Barbosa de Oliveira
Bruno Alves de França
Carolina Nunes Santos
Caroline dos Santos Santana
Clara de Lima Nascimento

ESTAGIÁRIAS
Saney Luzia de Souza
Karen de Souza Dutra



**Rede de Defensores
de Direitos Humanos
e Promoção da Saúde
no Estado do RJ**



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação de Cooperação Social

REVISÃO
Aercio Babosa de Oliveira

TEXTOS
Aercio Barbosa de Oliveira
Aline da Silveira Bastos
Amanda Alves Bensi
André Luís de Carvalho Pacheco
Bruna da Silva
Carolina Nunes Santos
Caroline dos Santos Santana
Clara de Lima Nascimento
cynthia rachel esperança
Dandara Diaz
Dejany Ferreira dos Santos
Elaine Ferreira de Oliveira
Elivanda Canuto de Sousa
Gabriel Lima Simões
Jessica Lene da Silva Santos
Joaquim Pery Antonio Júnior
Julia Santos de Albuquerque
Lucas Ferreira do Nascimento
Lyvia Leite
Marcelo da Paz Rocha
Marcia Para'i da Silva
Patricia dos Santos Silva
Rosilane Almeida
Sandra Maria de Souza Teixeira
Taiane Ribeiro Silva de Sousa
Yelitza Josefina Lafont Paredes

FOTOGRAFIAS
Arquivo Pessoal/Carolina Nunes

PRODUÇÃO DO MAPA
Taiane Brito

EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

Coordenação de Cooperação Social

José Leonidio Madureira de Sousa
Santos

Coordenação Geral

Dejany Ferreira dos Santos
Gabriel Lima Simões

Coordenação de Serviço Social

Joaquim Pery Antonio Júnior

Coordenação de Articulação Institucional

Roberto Pedro Krukoski de Azevedo
Gevaerd

Relatoria

Ana Carolina Felix de Souza
Gleison de Souza Mattos Machado

Monitoria de Psicologia

Grazielle Serafim Nogueira
Laís Silva Mariano

Monitoria de Serviço Social

Ana Gilda Soares dos Santos
Zileide Pereira Lopes dos Reis

Mobilização Social

Wylbert Luiz da Silva Pereira

Comunicação

Luiza Gomes Henriques

Apoio Estratégico

Mônica Cunha



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO ___ 6

O ATO CARTOGRÁFICO ___ 10

APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA ___ 16

NEOLIBERALISMO E AS LUTAS SOCIAIS:
CONQUISTAS E DESAFIOS ___ 20

EDUCAÇÃO ___ 33

Arte, Acesso à Cultura e Direito da Criança
e Adolescente/Juventudes

MORADIA ___ 47

Direito à Moradia, Reforma Agrária, Cidade
e Justiça Socioambiental

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS ___ 59

Povos Tradicionais, Indígenas, Quilombolas,
Terreiros e Juventudes periféricas

SAÚDE___ 73

Saúde Integrada, Direito das Mulheres (Cis e Trans),
Juventude e População LGBTQIAPN+

TRABALHO___ 79

Trabalho Análogo à Escravidão, Uberização,
Precarização e Direito ao Trabalho Digno

VIOLÊNCIA___ 83

Segurança Pública, Sistema Prisional,
Familiares e Vítimas de Violência

POSSIBILIDADES DE TRABALHO EM REDE ENTRE DEFENSORES E DEFENSORAS___ 88



Apresentação

ESTA CARTOGRAFIA SOCIAL FAZ PARTE DO PROJETO “REDE DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS E PROMOÇÃO DA SAÚDE NO ESTADO DO RJ”. ESTE TEM O OBJETIVO GERAL DE FORTALECER AS AÇÕES DOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS E IDENTIFICAR AS INIQUIDADES SOCIAIS EM SAÚDE RELACIONADAS ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS NAS FAVELAS E PERIFERIAS DO ESTADO, FORMAR LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E INSTITUIR UMA REDE DE DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Financiado por recursos de emenda parlamentar, o projeto é coordenado por uma equipe colegiada que inclui a Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz e ativistas com experiência na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Os defensores foram selecionados a partir de uma chamada pública. Na primeira etapa do projeto, são realizados encontros presenciais e virtuais para acompanhamento do grupo. Além das oficinas temáticas, tem também a parceria da Universidade Resistência e Direitos Humanos (URDIR-UERJ) e a colaboração da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE-RJ), organização da sociedade civil, para a construção da cartografia social.

A Coordenação de Cooperação Social faz a conexão com organizações da sociedade civil, movimentos sociais e o poder público para desenvolver estratégias e programas que contribuam no enfrentamento e redução das desigualdades e iniquidades sociais em saúde. Dessa forma, a Cooperação Social cumpre sua missão institucional ao desenvolver uma série de ações em escala local, regional e nacional visando influenciar políticas públicas para promover territórios sustentáveis e saudáveis. A Cooperação Social da Fiocruz utiliza metodologias participativas no campo da pesquisa e formação para fortalecer a sociedade civil organizada, ampliando suas capacidades de análise, mobilização, proposição e controle social de políticas públicas. Para isso, ela se articula em rede com as Unidades Técnico-Científicas da Fiocruz, atores sociais do território, instituições públicas como universidades, secretarias de estado, instituições de fomento e pesquisa, além de organismos internacionais.

A luta política dos defensores dos direitos humanos assume diferentes características e peculiaridades conforme o território onde ela acontece. No estado do Rio de Janeiro, essa luta se manifesta contra diversas violações perpetradas pelo próprio Estado e em prol de movimentos antirracistas, feministas, de mulheres, LGBTQIAPN+, ecosocialistas, do direito a terra, à moradia digna, à preservação do meio ambiente, e pelos direitos sociais mais básicos. Essas lutas são frequentemente associadas à esquerda política partidária.

O cotidiano dos defensores e defensoras dos direitos humanos é impactado por diversos fatores sociais, culturais, étnico-raciais, econômicos, psicológicos, territoriais e de trabalho, todos relacionados aos Determinantes Sociais da Saúde. Esses fatores afetam a condição de saúde física e mental das pessoas. A partir disso, é necessário um mecanismo que possibilite a escuta e o acolhimento, permitindo aos defensores do Projeto refletirem sobre suas vidas pessoais e militantes além dos Encontros e Oficinas. Dessa forma, a URDIR realiza a escuta dos defensores nos grupos de acolhimento do projeto, promove o fortalecimento em grupo e a compreensão ontológica de que, enquanto seres sociais, podemos nos fortalecer através do cuidado coletivo em saúde mental, compartilhando experiências e vivências que permeiam nossas trajetórias pessoais e coletivas.

A URDIR realiza, quinzenalmente, o acolhimento e a escuta dos defensores do projeto por meio de encontros online, dividindo-os em dois grupos de dez integrantes cada. Cada sessão de acolhimento tem duração de três horas e é conduzida por uma equipe de Escutadores. Durante esses encontros, os defensores ou a equipe apresentam um tema a ser discutido pelo grupo. Os encontros online com a URDIR demonstram a importância da escuta terapêutica para o autocuidado. Além disso, promovem a solidariedade coletiva em relação às angústias apresentadas e ajudam a construir relações de confiança e pertencimento entre os participantes.

É neste contexto que esta cartografia foi produzida. O seu objetivo é registrar e dar publicidade às diferentes experiências dos cerca de 20 defensores e defensoras de direitos humanos que atuam em rede. Mesmo que parcial, é a demonstração da vitalidade e diversidade das lutas sociais nos territórios do estado do Rio de Janeiro.

Belford Roxo

Qual a principal característica pessoal?

Persistente

Qual movimento/coletivo/instituição/agenda participa?

Projeto futuro brilhante

O que faz dentro do movimento/coletivo/instituição/agenda?

Mobilizadora e construtora

Qual a motivação para estar no movimento/coletivo/instituição/agenda?

Proporcionar educação, trabalho e bem-estar para a comunidade

O ato cartográfico

JÁ FAZ TEMPO QUE CARTOGRAFAR DEIXOU DE SER UM DISPOSITIVO APENAS PARA SERVIR AOS OPRESSORES, COLONIZADORES, SAQUEADORES, MILITARES ÁVIDOS POR AMPLIAR SEUS TERRITÓRIOS. Nas últimas décadas, que atravessaram o século passado e entram no século XXI, tem se produzido desde cartografias da nossa psique, elaboradas em clínicas psicoterapêuticas, até aquelas produzidas por pequenos grupos sociais de diferentes territórios, que registram e apresentam sua cultura, seus valores, suas economias, suas vitórias, as suas atuações em redes, fóruns e coalizões. Esses mesmos grupos sociais também utilizam a cartografia para denunciar a violência cometida por agentes e insituições do Estado, os direitos violados no cotidiano, os quais parecem invisíveis para quem não vive no território cartografado.

As formas de cartografar os fatos, determinada realidade, são inumeráveis. Também são as motivações que impulsionam pessoas, coletivos, movimentos sociais, defensoras e defensores de direitos humanos a se unirem para produzir cartografias. Em publicações impressas, em plataformas digitais, em aplicativos acessados em telefones celulares podemos conhecer cartografias com diferentes objetivos e formatos.



Nas cartografias sociais, se destaca a sua importância para pressionar o poder público, o sistema político para instituir novos direitos, para denunciar as tantas violações sofridas por mulheres, LGBTQIAPN+, jovens, pessoas negras, indígenas, migrantes, favelados, moradores de ocupações urbanas, população carcerária, egressos do sistema penal, população em situação de rua, povos tradicionais, ribeirinhos, agricultoras familiares, trabalhadoras e trabalhadores de aplicativos, pessoas sem trabalho e tantos outros grupos sociais oprimidos neste País. A cartografia, neste caso, é um potente instrumento de denúncia e subsídio para a pressão social.

Há também considerável destaque para as experiências bem-sucedidas de produção no circuito da economia solidária e popular. A produção de alimentos agroecológicos, a valorização da circulação de mercadoria que fortaleça a economia local e assegure a boa alimentação. A divulgação de iniciativa nos territórios que ajudem na mitigação ou adaptação às mudanças climáticas, como a produção de água, revitalização das nascentes, plantio de matas ciliares, despoluição dos rios etc. As experiências de educação popular, contudo, demonstram que cartografar também abarca uma outra dimensão, menos destacada, mas importante tanto quanto as dimensões supracitadas.



A cartografia social é a manifestação de um tempo em que os interstícios das relações sociais, os fatos sutis, a afirmação de identidades, de valores e modos de vida alternativos, as dimensões subjetivas, aqueles fenômenos relativamente considerados “menores”, que também estão sob as injunções de um Estado amarrado aos interesses privados de grupos que buscam precificar a vida e tornar o mal uma banalidade, emergem e exigem visibilidade. Ninguém suporta tanta dor em silêncio. Para quem a vida, todos os dias, está sempre por um fio, é preciso gritar para estancar a dor cotidiana, transgredir para sacudir as estruturas políticas e as agendas tradicionais.

A cartografia social, além dos seus propósitos, que podem ser o de apresentar um fato ou questão em debate numa escala mais ampla, de evidenciar a positividade de um território, é um processo que coloca os envolvidos diante de outra temporalidade, de outra linguagem, para rever os fios que teceram suas biografias, seus traumas e alegrias, aspectos simbólicos e materiais do local onde se vive ou viveu. As narrativas são estruturadas, muitas vezes sincronicamente, num construir e desconstruir. Dependendo do tema, o resultado pode ficar inacabado e, ao se tratar de coisas da vida humana, sujeito a retificações e complementações. Afinal, sempre podemos dizer mais sobre o mundo, o cotidiano e as interações que acontecem em diferentes escalas. Os meios disponíveis para a construção da cartografia são adequados às interessadas em construir. Ninguém perde a oportunidade de se envolver, de confiar ou de desconfiar. É a possibilidade de procurar compreender a obviedade que estava oculta. Compreender o que nunca esteve óbvio, pois deliberadamente é ocultado para melhor se dominar.

A cartografia social também é um alerta que se dirige a temas e a organizações. De maneira sutil, desafia e sugere ousar nos métodos para além da própria cartografia. Provoca-nos a buscar maneiras de abarcar o que está em uma escala menor, que se encontram em becos e

ruelas, fora dos mapas oficiais, das estatísticas dos “cadastros únicos”, das dissertações, teses e artigos científicos. Pode ajudar movimentos sociais, partidos e tantas outras organizações e instituições, que lutam contra tantas injustiças, a atualizarem as agendas, as formas de combate e pressão social.

A CARTOGRAFIA ESTÁ IMERSA EM UM TEMPO CUJA MOBILIZAÇÃO SOCIAL ACENTUA A FRAGMENTAÇÃO. HÁ UMA PLURALIDADE DE TEMAS E FORMAS DE PRESSÃO. PARTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DESCOBREM A TRAPAÇA DA MODERNIDADE, QUE SEMPRE PROPALOU IDEIAS COMO UNIVERSALISMO, INCLUSÃO SOCIAL, A IMPORTÂNCIA DE PERSEGUIR A SETA DO PROGRESSO ETC. AO SE DESVENDAR A TRAPAÇA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO DEMOCRÁTICO PASSAM A BUSCAR OUTRAS REFERÊNCIAS PARA CONSTRUIR UMA NOVA SOCIEDADE SOB VALORES VERDADEIRAMENTE INCLUDENTES, QUE ELIMINEM O RACISMO, O MACHISMO, A HOMOFOBIA, A XENOFOBIA E GARANTA A JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL, QUE DE FATO RESPEITE A VIDA E A DEMOCRACIA NÃO SEJA MINIMALISTA.

Outra parte substantiva da sociedade, que também faz luta social, está descontente com o sistema, passa a assumir princípios que se restringiam à economia, para se orientar e se relacionar no mundo – “O que conta é aquilo que pode ser contado!!! É preciso maximizar as vantagens.” A cultura do “empreendedor de si”, do “sujeito empresa” ganham força. É a nova estratégia utilizada pelo capitalismo para intensificar a exploração do trabalho mecânico ou cognitivo. Forma-se um conjunto de ideias as quais moldam subjetividades coletivas e individuais. As pessoas passam a acreditar que a melhor maneira de alcançar a boa-vida é adotando o imperativo “cada um por si”, em vez de se orientar pela cooperação e solidariedade. De se mobilizar para que o Estado funcione para garantir a proteção social

e reduzir a desigualdade socioeconômica. Prevalece a lei do mais forte, da meritocracia. Essas ideias fermentam posições neofascistas, da extrema direita no Brasil e em vários países do mundo.

Ideias que já foram vigorosas e caras à esquerda mundial, como “socializar os meios de produção”, “eliminar a mais-valia”, “a classe proletária é o sujeito universal”, entre tantas outras, perderam a sua capacidade orientadora e mobilizadora. A ideia de se construir um sujeito político que produza programas e elabore um projeto societário utópico abrangente e unificador, por ora, está bem distante de se efetivar. Em vez de grandes projetos de luta, temos causas que emergem, mobilizam e se desmobilizam fugazmente. É o tempo da economia da narrativa, do simulacro e do efêmero. Simplificação e velocidade são imperativos quase absolutos. O sistema político formal se desconectou de quem os legitimava – é um sistema que ignora a vontade popular. A democracia representativa acentuou o seu formalismo e o Estado de Direito é uma vergonhosa ficção.

Diante desse quadro, a cartografia e tantas outras iniciativas humanas que, para além da sua função pragmática, de mudar as “condições objetivas” dos envolvidos em sua construção, sinaliza o quanto a micropolítica passou a ser uma dimensão considerável da vida. A cartografia social, do campo popular, expressa a combinação da luta contra a desigualdade e lutas por reconhecimento, apresentando temas que normalmente são invisibilizados ou recebem pouca atenção do Estado e da maioria da sociedade.

A cartografia social não cumpre a mesma função em todos os lugares. Em alguns, ela pode contribuir para a incidência política direta; em outros, pode fortalecer identidades coletivas; em tantos outros, pode evidenciar temas ou fenômenos vividos por certos grupos e coletivos sociais. E pode acontecer, em situações excepcionais, de todos esses efeitos ocorrerem simultaneamente provocados por um grupo que

partilha as mesmas questões e vive no mesmo território. A cartografia é mais uma forma de aglutinar pessoas para estruturar narrativas de pedaços da vida que se desenrola nos territórios.

Entretanto, é com a cartografia que temos a oportunidade de pensarmos nas lutas e agendas urbanas, de mostrar que o direito à cidade não se limita a saneamento ambiental, moradia, mobilidade urbana e regularização fundiária. Nas lutas urbanas encontramos novas questões que surgem e urgem por soluções e precisam ser fortalecidas, assumidas e incorporadas pelos movimentos urbanos, sobretudo os que nasceram no período da redemocratização brasileira. Por fim, a cartografia social vale como uma lente que nos auxilia a enxergar as tramas e as urdiduras desse imenso tecido associativo que passa por profundas transformações.

Apresentação da metodologia

ESTA CARTOGRAFIA SOCIAL É O RESULTADO DE SEIS OFICINAS COM 20 DEFENSORAS E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS, SOB A COORDENAÇÃO DA FASE RJ E DA EQUIPE DA FIOCRUZ, DURANTE OS MESES DE MAIO E JUNHO DE 2024.

A metodologia parte do pressuposto da educação popular e de práticas pedagógicas que valorizam saberes tradicionais e populares. Utilizou-se ferramentas que dialogam com as técnicas de comunicação popular, possibilitando a construção coletiva de conhecimentos gráficos e simbólicos sobre a vida das pessoas e seus territórios, tais como, a organização do espaço em formato de *rodas de diálogos* provocadas a partir de leituras de textos e reportagens; o uso de *varal de fotografias* com cenas do cotidiano brasileiro, manifestações populares e personalidades negras reconhecidas pelos movimentos sociais atuais; a utilização de *cartazes* com palavras e frases que remontam saberes populares e acadêmicos, os quais evidenciam as contradições do universo de ideias neoliberais, do campo democrático e do pluralismo político que vivemos; *dinâmica de apresentação* das defensoras e defensores de Direitos Humanos e símbolos que representam suas agendas de luta e trajetórias militantes. Além disso, ao longo das oficinas, foram priorizadas dinâmicas que valorizam a cooperação entre os participantes.

Para complementar as reflexões e debates, solicitou-se que as/os participantes lessem textos, artigos, entrevistas e reportagens: “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’” de Nancy Fraser; “Esquerda morreu e extrema direita é única força real no país”, entrevista com Vladimir Safatle concedida a Folha de São Paulo; “As Frentes Divergentes: Os caminhos – e os desencontros – do movimento negro no Brasil” de Guilherme Henrique; e “Organizem-se, porque não há mais limite para a violência racista” de Sueli Carneiro.

Para a elaboração desta cartografia social foram utilizados registros em áudio, fotografias, respostas de questionários e cartazes elaborados pelo grupo de defensoras e defensores. Sendo assim, a escolha dos instrumentos metodológicos para a construção das oficinas auxiliou leituras mais amplas da realidade social em que as pessoas do grupo estão inseridas, além de incorporar os saberes que produzem no dia a dia.



A primeira oficina ocorreu no dia 11 de maio e começou com a apresentação das equipes da FASE RJ e do grupo de defensores de Direitos Humanos. Na oficina ocorreu um debate panorâmico do método cartográfico, se pactuou a dinâmica das oficinas programadas, a metodologia, os conteúdos e o cronograma das oficinas. Como dinâmica de interação entre os participantes, foi proposto um exercício de apresentação em duplas, onde as pessoas se apresentaram brevemente entre si e preencheram um questionário sobre sua dupla, abordando as seguintes questões: identificação pessoal, identificação do território, agenda de luta, motivação e atuação no movimento, coletivo, instituição, agenda que participam.

A segunda oficina aconteceu no dia 25 de maio, na parte da manhã, com o objetivo de reconhecer o tecido associativo do campo democrático-popular. Foram utilizados como material de apoio textos e reportagens sobre o tema, como forma de subsidiar as discussões entre as defensoras e defensores. Com isso, os participantes foram divididos em grupos para construção de reflexões e sistematização em cartazes que apresentaram na parte final da oficina.



A terceira oficina aconteceu no mesmo dia 25, na parte da tarde, recapitulando as percepções do debate realizado na parte da manhã. A atividade do horário da tarde teve o objetivo de refletir os três eixos orientadores desta cartografia: identificação e descrição das principais violações que a organização, movimento ou coletivo enfrenta; descrição das atuações em rede e identificação das iniquidades de saúde presentes nos territórios de atuação do movimento, organização ou coletivo. Essa proposta foi dividida em dois momentos, no primeiro as defensoras e defensores responderam às questões individualmente, e no segundo, organizaram-se em grupo para construção do resumo das respostas.

Na quarta oficina, no dia 15 de junho, aconteceu uma roda de diálogo tendo como fio condutor os textos supracitados. Neste momento, cada participante apresentou associações entre os textos e suas trajetórias de militância. Foram discutidos os desafios, as perspectivas e estratégias de articulação dos movimentos sociais na atualidade, frente ao contexto neoliberal. No momento seguinte, foi apresentada a proposta dos eixos temáticos e questões orientadoras para construção do conteúdo da cartografia.

A quinta e a sexta oficina ocorreram no dia 29 de junho. Durante a manhã, as defensoras e defensores apresentaram suas trajetórias e os símbolos que representam suas agendas de militância. À tarde, foi apresentado o sumário, o cronograma de entregas e a revisão dos textos. Além disso, foram apresentadas três diferentes propostas de identidade visual da cartografia social, para o grupo escolher.

Neoliberalismo e as lutas sociais: Conquistas e desafios

CARTOGRAFAR É DESCREVER E AGUÇAR O PENSAMENTO CRÍTICO. DURANTE A ELABORAÇÃO DESTA CARTOGRAFIA SOCIAL SE REFLETIU SOBRE CONQUISTAS, DESAFIOS, DILEMAS E CONTRADIÇÕES QUE ENVOLVEM OS MOVIMENTOS SOCIAIS QUE COMBATEM O CRUEL MOSAICO DE VIOLÊNCIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO BRASIL. Para estimular o debate sobre as mobilizações, formas de lutas, contextos em que as lutas se desenvolvem etc., se utilizou dois textos e uma entrevista. Os textos *Movimento Negro no Brasil*, da Sueli Carneiro, *Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era pós-socialista*, da Nancy Fraser, e a entrevista concedida por Vladimir Safatle ao jornalista da Folha de São Paulo, Uirá Machado, com o título *Esquerda morreu e extrema direita é única força real no país* serviram de apoio para as reflexões. Os textos e a entrevista remetem ao contexto social onde atuamos e estimulam a refletir sobre as motivações que nos coloca na luta.

O contexto social, na maioria das vezes, ativa o interesse e a necessidade de buscar transformar a realidade ou alterá-la parcialmente. Alterar o sistema político ou ajustá-lo para favorecer um determinado grupo ou elite, instituir um sistema que distribua satisfatoriamente o poder e a riqueza, criar um novo direito ou uma política pública são algumas situações que estruturam uma determinada sociedade e podem provocar mobilizações. Vale pontuar, portanto, que não são somente

setores populares de esquerda que realizam lutas sociais. Atualmente, temos movimentos sociais com posições de direita, neofacistas, supremacistas e tantas outras orientações e propósitos os quais há muito tempo não aparecia publicamente com tamanha desfaçatez.

Quando comparamos as lutas sociais no Brasil, entre distintos períodos, constatamos que atualmente temos uma sociedade bem mais contestadora. Temos um associativismo bem mais diversificado, com diferentes temas, novas maneiras de contestar, outros modos de se organizar, referências teóricas e de experiências ampliaram, enquanto outras foram abandonadas. No meio dessa diversidade, identificamos a ampliação das fronteiras dos movimentos, por exemplo, a articulação entre movimentos rurais e urbanos, releituras da memória que, quando ativadas, rememoradas, dão novos sentidos às lutas atuais. O cuidado com o corpo e com a psique passam a ter espaço na agenda de lutas e, algumas, se tornam políticas públicas. Essa agitação catalisa novas culturas e gramáticas políticas, cria energia social e aproximações. Em determinado momento, a agitação estava dispersa, mas passa a confluir para o aumento da força das práticas contestadoras e das ações propositivas.

Nas décadas de 1970, 1980 e 1990 o Brasil viveu grandes mobilizações. Tivemos a luta pela redemocratização, as greves nas fábricas, greves gerais, que paralisaram o país, luta por eleições diretas para presidente da República, luta contra a carestia dos alimentos, lutas por moradia, mobilizações por infraestrutura urbana, por pavimentação e



MANO A MANO
COM SUELI
CARNEIRO



ILUSTRÍSSIMA
CONVERSA COM
PAULO ARANTES

iluminação pública, água e tratamento de esgoto, transporte, luta pela instituição do Sistema Único de Saúde, luta dos movimentos feministas, entre tantas outras que contribuíram para a instituição de muitos direitos. Boa parte dessas agendas entraram na Constituição Brasileira, promulgada em 1988, ou se tornaram políticas públicas.

No século XXI, temos a emergência de novas lutas e agendas, maior presença de mobilizações sobre temas e segmentos sociais que, ao longo do século passado, não tinham a mesma relevância e protagonismo. É o caso, ao menos desde a fundação da República, independente de tantas outras mobilizações, as lutas contra o racismo e a homofobia. O *Somos: grupo de afirmação homossexual* e o periódico *Lampião da Esquina*, a partir de 1978, se tornaram referências e polo de aglutinação contra a homofobia. No mesmo ano, se criou o Movimento Negro Unificado, na cidade de São Paulo, que também foi uma grande referência para quem se engajava no combate ao racismo no Brasil.

O primeiro paradoxo é que a desigualdade socioeconômica no país e no mundo cresceu, em meio ao aumento das contestações. O mercado, com todo o seu aparato de propaganda, estimula o irrefreável desejo de acessar bens, cujo consumo se torna um modo de vida prevalente. Na sociedade de consumo procura-se oferecer produtos para todas as rendas e possibilitar dívidas de todos os tamanhos, adequada à renda do endividado. O consumismo e o endividamento contribuem para a reconfiguração da pobreza no Brasil. No entanto, a mobilidade social ascendente, quando a renda aumenta ou algum patrimônio é adquirido e possibilita melhorar a qualidade de vida de maneira estável ao longo da vida, se mostra impraticável para a maioria da população.

A VIOLÊNCIA EM NÚMEROS

CONFORME ESTUDO DA OXFAM, NO BRASIL, O 0,01% MAIS RICO POSSUI 27% DOS ATIVOS FINANCEIROS, O 0,1% MAIS RICO, 43%, E O 1% MAIS RICO, 63%, ENQUANTO OS 50% MAIS POBRES TÊM APENAS 2%. EM MÉDIA, O RENDIMENTO DOS BRANCOS É MAIS DE 70% SUPERIOR À RENDA DE PESSOAS NEGRAS. 60% DAS PESSOAS QUE TRABALHAM TÊM UM RENDIMENTO MENSAL DE ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS.

A desigualdade no mundo tem aumentado profundamente nos últimos 40 anos. Os cinco homens mais ricos do mundo mais que dobraram sua riqueza desde 2020, enquanto cinco bilhões de pessoas ficaram mais pobres.

Depois de tantas lutas registradas nos livros de história ou na memória das pessoas, chegamos em 2024, com o Brasil entre as 10 maiores economias do mundo, e, ao mesmo tempo, entre os 20 países mais desiguais do mundo. Esse mesmo país, tão rico e tão desigual, tem a terceira maior população carcerária do planeta. Aqui, o número de presos passou de 826,8 mil para 839,7 mil de dezembro de 2022 a junho de 2023. Ocupamos a 3ª maior população carcerária em números absolutos, perdendo apenas para a China e EUA. Temos um déficit habitacional de moradia que bate 6 milhões de unidades habitacionais,



ATLAS DA
VIOLÊNCIA DE
2024

que aflige majoritariamente famílias negras, mulheres, e quem ganha até um salário mínimo. No CadÚnico, cadastro que o governo registra as pessoas com baixa renda no país, em 2024, são 41 milhões de famílias registradas, totalizando 100 milhões de pessoas. Num país com 203,1 milhões de habitantes de acordo com o censo do IBGE de 2022. O mesmo IBGE, no ano de 2023, identificou que o Brasil tem 64,2 milhões vivendo em domicílios com algum grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave).

De acordo com o Atlas da Violência publicado em 2024, entre o ano de 2011 e 2021, ocorreram 616.095 homicídios, sendo 77% das vítimas pessoas negras. A taxa de mortalidade em 2021 foi 31 negros e 10,8 não negros. O risco de uma pessoa negra morrer assassinada é 2,9 vezes maior do que um não negro. Em 2021 foram assassinadas 4.603 mulheres. A força do racismo se expressa na taxa de mortalidade por 100 mil das mulheres, pois são 4,3 negras e 2,4 não negras. Todas as formas de violência contra a população LGBTQIAPN+, entre o ano de 2020 e 2021, também cresceram. E a violência contra indígenas cresceu 29%, desde 2011.

Este é um breve quadro das diferentes formas de violências sobre a maioria da população brasileira e motivo de mobilizações para alterar realidade tão trágica. Em parte, esses indicadores citados justificam a ocupação das ruas, as lutas por ações afirmativas, a criação de coletivos e coletivas, a ocupação de escolas, ter engrossado as Jornadas de Junho de 2013, ano em que o Brasil preparava as cidades para sediar a Copa do Mundo de 2014, e a se organizar de todas as formas possíveis. Esse contexto dramático tem como principais responsáveis as corporações industriais e financeiras, e o Estado. Este deveria garantir a proteção e a efetividade de direitos civis, econômicos, sociais e culturais, no entanto, passa a ser um dos principais violadores.

Diante desta realidade polarizada, onde, de um lado, há uma minoria muito rica, com bons empregos, ótimos salários, patrimônio, com grande capacidade de influenciar no rumo das políticas nacionais e, do outro lado, temos uma maioria subempregada ou sem emprego, com risco de ser assassinada pela polícia a qualquer momento, abandonada em escolas públicas com falta de professores, salas lotadas sem refrigeração, vivendo em precárias condições de moradia, que não tem poder para fazer lobby no Congresso Nacional ou nas Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, prefeituras e governos, aparece uma outra questão: *por que é tão difícil mudar a realidade?*



A METAMORFOSE DAS LUTAS SOCIAIS E NO MUNDO DO TRABALHO

Desde a invasão do Brasil, em 1500, por colonizadores, muita coisa mudou. Podemos apontar avanços nas legislações e nas políticas de proteção social, na garantia das liberdades civis e políticas, nas políticas distributivas etc., mas também tivemos, no período Republicano, retrocessos com golpes civil-militares, governos neofascistas como o de Jair Bolsonaro, agravando a desigualdade e suspendendo direitos e garantias para o pleno exercício da cidadania. São eventos que dificultam mudanças estruturais. Temos, contudo, fatores de ordem material e ideológica capazes de aumentar as dificuldades para mudanças.

Um deles é a reestruturação produtiva, iniciada no final da década de 1970, a qual afetou significativamente os países do Sul Global. Os avanços técnicos-científicos e o baixo custo da mão-de-obra de alguns países do continente asiático, ocasiona a desindustrialização de países como o Brasil. O efeito direto dessas mudanças estruturais é a precarização do trabalho, ao colocar milhares de trabalhadores mediados por plataformas digitais, o fim do trabalho extensivo, que predominou durante a década de 1980. Essa mudança na estrutura produtiva, transformou o país numa plataforma de produção de grão e proteína para exportação, favorecendo as corporações do agronegócio.



RELATÓRIO DA
OXFAM BRASIL
DESIGUALDADE

Outro fator é de ordem ideológica, relacionada a séculos de escravidão no país. A mão de obra escravizada foi fundamental para estruturar o sistema capitalista, e o Brasil esteve entre os países que mais recebeu pessoas escravizadas do continente africano, além de ser o último país do continente americano a abolir a escravidão. Os quase 400 anos de uma economia ligada ao trabalho de pessoas escravizadas deixou marcas no ambiente mental e institucional do Brasil. O legado mais visível dessa história de opressão é o racismo estrutural, cujas consequências aparecem nos números apresentados nos parágrafos anteriores. Temos uma elite racista, detentora de poder, riqueza e renda, que tenta dividir a sociedade entre os poucos que podem acessar direitos e aproveitar da riqueza socialmente produzida, e os muitos e muitas pessoas negras que vivem distantes do bem-estar social.

Há também o avanço da extrema-direita no Brasil. Esta cresce não só no país, mas no mundo. Elas passam a se mobilizar, ocupar as ruas, a assumir explicitamente ideias supremacistas, de exclusão social, machista, heteronormativa, desejando subjugar as mulheres, estimulando o uso de armas para matar seus oponentes. Eles têm como referência o fundamentalismo religioso cristão, e interpretam passagens bíblicas para justificar a violência contra quem não compartilha das suas crenças. Esses grupos elegem seus representantes para o sistema político e contam com representantes no sistema de justiça. Associam-se a grupos paramilitares, que controlam territórios, entram em negócios econômicos de prestação de serviços, do mercado imobiliário, e passam a controlar serviços públicos. Esses são alguns fatores que exigem muito empenho para assegurar ou conquistar direitos, pois são fenômenos sociais que ameaçam a disposição mobilizadora democrática.

A COMPLEXIDADE SOCIAL, PENSAMENTO CRÍTICO E SOLIDARIEDADE

Ao lado dessas questões, temos uma sociedade mais complexa, que eleva as dificuldades para compreender a engrenagem da opressão. Essa, no capitalismo atual, tem seus dispositivos opressores embalados para parecer algo positivo para a vida, como se fosse algo natural, obra do acaso ou de forças transcendentais. É uma realidade que se confunde com a ficção e exige intenso pensamento crítico, capacidade analítica para entender essa engrenagem, fazer a distinção entre fatos e fabulações. Justamente em um período da história que dá condições para o sucesso do pensamento raso, obtuso. Onde cada vez mais, se faz propaganda do conhecimento pragmático em detrimento do pensamento analítico, se confunde informação com conhecimento. A alta velocidade do fluxo de informações simplificadas nas plataformas digitais, em smartphones, só aumenta a dificuldade para se entender ou desvendar as relações de poder e opressão.

Plataformas digitais, com seus algoritmos, moldam comportamento, subsidiam a formação de juízos equivocados, estimulam a agressividade, o ódio, difundem notícias falsas, ajudam a quebrar laços de solidariedade. E o mais grave, essas plataformas digitais agudizam no imaginário social a ideia de que o caminho do sucesso, do bem-estar existencial, depende do empenho individual de cada um ou, no máximo, da coesão familiar. Infelizmente, a positividade das plataformas digitais, que pode facilitar a investigação, ampliar as fontes e as interações para uma pesquisa, por exemplo, não é predominante.

Com a combinação de fatores sociais, tecnológicos, culturais e políticos vemos o declínio da solidariedade. Quando ela se evidencia, é em momentos episódicos, de contingências, iguais aos ocorridos durante a pandemia da Covid-19 e recentemente, na tragédia climática no Rio Grande do Sul. Este ambiente cognitivo chega a influenciar os próprios movimentos sociais de esquerda, do campo democrático que luta pela inclusão social, como nos alerta a intelectual orgânica Sueli Carneiro. Ela destaca as ciladas e arapucas que o sistema capitalista é capaz de produzir e apresenta como um dos antídotos para tais armadilhas conhecer a história produzida por quem esteve ou está do nosso lado.

Em síntese, vivemos numa era de baixa solidariedade, de elevado individualismo, um familismo conservador, de fundamentalismo religioso, e com um sistema político e jurídico distante dos interesses da maioria da população, que vive em condições de moradia precária, com renda incerta, sem acesso a serviços e bens públicos de qualidade, limitadas oportunidades para desenvolver suas potencialidades intelectuais e estéticas.

As pessoas comuns perdem a referência de que o Estado, com suas instituições, deve assegurar direitos, garantir proteção social, redistribuir a riqueza socialmente produzida. A ideologia do empreendedorismo, serve à desresponsabilização do Estado, faz as pessoas acreditarem que são as únicas responsáveis pelo destino que darão as suas vidas. Seguem a falsa ideia da meritocracia, que o empenho individual é suficiente para alcançar seus objetivos. Não é o que os fatos e os indicadores mostram. Esses, explicitam de maneira contundente, para quem se vale do pensamento crítico, que a luta contra a desigualdade deve se combinar as lutas por reconhecimento, as lutas identitárias, em um país cujo ethos societário introjetado nas instituições, no Estado, no cotidiano, é um amálgama de patriarcado, patrimonialismo, homofobia, séculos de escravismo e a naturalização do etnocídio dos povos originários e seus descendentes.

O grande desafio para defensoras e defensores de direitos humanos, militantes, educadoras e educadores populares, pesquisadoras, intelectuais, é, com essas legítimas lutas e agendas, num momento da história de avanço da extrema-direita e do capitalismo predador de vidas e da natureza, conseguir sair de uma posição defensiva para realizar modificações estruturais. Como, dentro desse pluralismo progressista, se constrói um projeto societário capaz de contemplar as diferentes concepções de vida?

Algo que parece indubitável é: essa resposta só será alcançada por meio da prática combativa diária. Não temos alternativa, dentro do neoliberalismo associado ao neofascismo, a não ser lutar, ampliar o senso crítico, o coletivismo e a solidariedade, defender os bens comuns. Hoje, mais do que nunca, o engajamento nos embates sociais progressistas é sinônimo de luta pela sobrevivência, a possibilidade de alimentar as utopias.



Como disse James Baldwin no documentário
Eu Não Sou seu Negro:

“NEM TUDO QUE É ENCARADO PODE
SER MUDADO. MAS NADA PODE
SER MUDADO ATÉ SER ENCARADO”



DA CULTURA E DOS DIREITOS



Educação

ARTE, ACESSO À CULTURA
E DIREITO DA CRIANÇA E
ADOLESCENTE/JUVENTUDES

Quantas vidas
para aprender?

Como lidar com
a desinformação?





EDUCAÇÃO



RIO DE JANEIRO - ZONA SUL

QUADRO DE INIQUIDADE

Falta de acesso às informações sobre acesso à educação técnica e até as universidades.



CHAPÉU MANGUEIRA

BABILÔNIA



Aline da Silveira Bastos

Aline da Silveira Bastos participa do Projeto Além do Morro, que atua nas comunidades da Babilônia e Chapéu Mangueira, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Ela começou no período da pandemia, a partir de uma movimentação de um grupo de amigos que se reuniu para dar apoios às crianças e jovens da favela que estavam sem acesso à escola no momento de isolamento social durante a pandemia da Covid -19. Posteriormente, foi cedido ao grupo um local chamado Casa da Árvore, que já tinha sido abrigo de outros coletivos.

Na Casa da Árvore foi montada uma biblioteca, onde muitos crianças frequentam. Essa aproximação permitiu identificar alguns motivos para evasão escolar dessas crianças. A falta de inclusão digital era um deles, pois a falta de acesso à internet, aparelhos celulares e computadores fazia com que alguns alunos não conseguissem acessar os materiais de estudo. Foi nesse momento que o projeto Além do Morro começa uma parceria com um projeto de alfabetização especializada e reforço escolar chamado: "IYÁ DE OURO, Inclusão, Arte, Cultura e Educação". Através da ação desse projeto, muitas crianças do território tiveram acesso à leitura e à escrita. Nele, elas têm a oportunidade de realizar também aulas de desenho, arteterapia e mediação de leituras, que auxiliam o desempenho das crianças e dos jovens na escola.

O projeto atua a partir da ação de voluntários e de parceria com outros movimentos sociais, como o movimento SOS Educação popular, que é o pré-vestibular da Babilônia e do Chapéu Bandeira. O projeto tem uma natureza itinerante, uma vez que realiza ações em parceria com outros coletivos, como do pré-vestibular e as hortas comunitárias.



EDUCAÇÃO



RIO DE JANEIRO - ZONA NORTE

QUADRO DE INIQUIDADE

O não atendimento a usuários de drogas, dependentes químicos.

ZONA NORTE

TEATRO POLÍCNICO
No Rio, peça "Encruzilhada Feminina" expõe racismo e machismo da sociedade
 Espetáculo aborda questões como racismo, violência na comunidade, mercado de trabalho, artefatos e sexualidade.

PRASE DA SEMANA
 A arte está ficando atrelada por este governo. Assim como a educação e a saúde, o teatro também sofre com a falta de investimento.

PROTESTO: CENSURA
 O teatro político é uma forma de resistência e de denúncia social. No entanto, o governo Bolsonaro tem tentado silenciar essas vozes através da censura.

Jackson do Pandeiro
 Um espetáculo que celebra a cultura popular brasileira e a música de Jackson do Pandeiro.

FESTIVAL DE TEATRO MARIELLE FRANCO
 Abertura: **Calvinho Encruzilhada Feminina em CRISTARAM-PE NEGRA!** Com Halcyon Tison
 Encruzilhada Feminina Com Rachel Elzeu
 18 e 20 DE AGOSTO CASA DAS FÉRIAS

ENCRUZILHADA FEMININA
 18 e 20 DE AGOSTO CASA DAS FÉRIAS

TEATRO MUNICIPAL BONEBARUNDA
 Rua Serrador, 100 - BARRA DO PIRAÍ



cynthia rachel esperança

Ainda nesse grupo temático, temos a atuação da defensora cynthia rachel esperança. Ela atua no Coletivo Encruzilhada Feminina, um projeto político de arte cênica. Atuam com performances e espetáculos teatrais, buscando a formação de plateias negras e de baixa renda. Sua ação acontece prioritariamente na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro e tem ações que visam explicitar inquietações e crescente índices de violências, e evidenciar o que as mulheres negras, em muitas esferas sociais, têm sofrido com o racismo “explícito e implícito” na sociedade brasileira.

A Encruzilhada é um coletivo de Mulheres Negras na Arte composto por 5 mulheres e alguns homens parceiros. Não tem um espaço físico para se reunir, mas ocupam espaços cedidos com parcerias, como por exemplo a Casa das Pretas, o Coletivo DENEGRIR e o Teatro do Oprimido.

Hoje não existe uma ação do coletivo dentro do território, mas a ação da Encruzilhada tem sido a promoção de acesso a lugares para moradores que não acessam espaços de arte, criando mecanismos para quem não pode pagar ingressos de teatro. Para elas, a ideia de fortalecer a construção de uma rede tem que passar pelo lugar do afeto, da colaboração e da parceria.



 EDUCAÇÃO

 COSTA VERDE

PARATY

QUADRO DE INIQUIDADE

Não há posto de saúde. A escola funciona até o 9º ano de forma precarizada. Não há atividades de lazer promovidas pela Prefeitura, essas atividades se concentram no centro do município. O território vive em constante confronto com o condomínio de laranjeiras, além do conflito e luta por escritura de terra.



Julia Santos de Albuquerque



Julia Santos de Albuquerque, moradora de Paraty, atua a quase cinco anos em projetos de base comunitária como o Projeto Água Viva - Praia do Sono, no Coletivo de Educação Diferenciada de Paraty e no Coletivo de Turismo de Base Comunitária da Praia do Sono. O Projeto Água Viva foi criado durante a pandemia, em dezembro de 2020, com o objetivo de promover um espaço de arte, cultura e educação, ao ar livre, na comunidade tradicional caiçara - Praia do Sono, esta comunidade está localizada na Reserva Ecológica da Juatinga. O projeto nasceu da necessidade de criar um espaço sociocultural e educativo para a oportunidade de atividades artísticas e educacionais, uma vez que essa é uma área de difícil acesso e por isso carece de atividades culturais e educativas para crianças e jovens.

As oficinas são estruturadas com metodologia específica para o fortalecimento da cultura local. Nesse processo o grupo conta com apoio em combustíveis para deslocamento marítimo, doação de lanches, construção de oficinas e exposições. A exposição acaba sendo uma forma de resgatar e valorizar a cultura viva das comunidades, incentivando um senso de identidade entre os participantes e suas famílias.



EDUCAÇÃO



BAIXADA FLUMINENSE

**QUADRO DE INIQUIDADE
EM SAÚDE**

Acesso limitado aos Serviços de saúde; Condições de vida e saneamento; Violência e Segurança pública; Desigualdades sociais e Econômicas; Doenças crônicas e Estilo de vida; Saúde mental; acesso à Água potável e Saneamento adequado.

BELFORD ROXO



Patricia dos Santos Silva



Patricia dos Santos Silva atua no Projeto Futuro Brilhante, que tem por objetivo transformar a realidade do município de Belford Roxo, a partir da necessidade urgente de combater as violações constantes de direitos humanos e promover o desenvolvimento sustentável em diversas áreas. O projeto possui eixos estratégicos em educação, segurança pública, gênero, etnoracialidade, cultura, empregabilidade, meio ambiente e direito à cidade.

O trabalho tem alguns projetos, como um reforço escolar com foco antirracista, um projeto de empregabilidade, que constrói uma rede de apoio para as mães conseguirem uma colocação no mercado de trabalho, rodas de conversa sobre políticas públicas, empoderamento feminino, violência contra mulher. No Futuro Brilhante tem também atendimento psicopedagógico para crianças com dificuldade de aprendizagem. O foco é para o atendimento com as crianças e com as mães. O território tem uma alta taxa de vulnerabilidade feminina e o projeto atende muitos casos de “mães solo”, que contam com o Futuro Brilhante para fortalecer a sua rede de apoio.



EDUCAÇÃO



RIO DE JANEIRO – REGIÃO CENTRAL

QUADRO DE INIQUIDADE

No território, a falta de acesso a informações sobre direitos sociais é um gargalo grande.

CENTRO



Taiane Ribeiro Silva Souza

“A POESIA COMO INSTRUMENTO DE CURA COLETIVA”



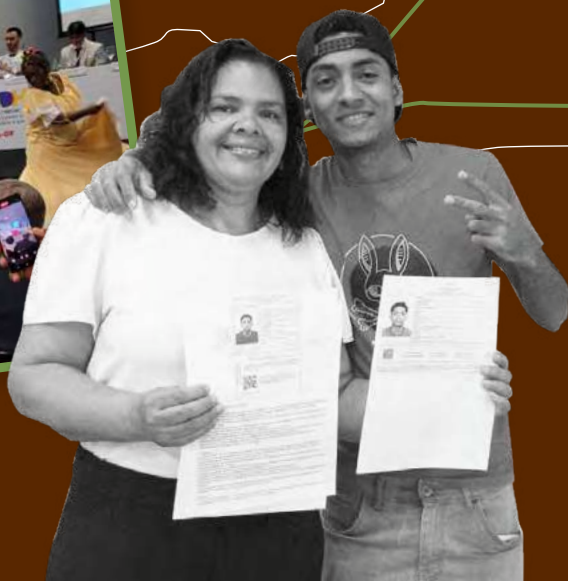
Já pensou em usar a poesia como instrumento no campo da saúde? Pois bem, esse é o mote principal da atuação da defensora Taiane Ribeiro Silva de Sousa. Agindo de modo independente, a defensora está inserida em uma série de agendas, utilizando como instrumento a poesia falada (o *slam*) na luta contra a precariedade do trabalho dos motoristas de aplicativo e todos os atravessamentos causados pelo racismo e pela LGBTfobia.

Atuando no Centro do Rio de Janeiro, Taiane entende que sua individualidade se conecta diretamente com sua militância, sendo um corpo político de luta. Dessa forma, ela visita uma série de coletivos e movimentos apresentando seu trabalho com poesia no objetivo de comunicar as mazelas gerando uma cura individual e coletiva.

QUADRO DE INIQUIDADE

A detecção de situações de trabalho análogo à escravidão, abuso emocional, estafa.

ZONA OESTE



Yelitza Josefina Lafont Paredes



Finalizaremos a descrição das atividades da temática de educação com a militância de Yelitza Josefina Lafont Paredes, mulher venezuelana refugiada que hoje atua como líder comunitária na luta em favor da população de migrantes refugiados e apátridas. Chegou no Brasil com seu filho, chegou a morar alguns meses nas ruas. A partir das experiências que teve, Yelitza começou a ajudar seu povo, que chegava ao novo país, fazendo o contato entre o público que vinha da Venezuela e ONG's e grupos de voluntários.

A defensora fundou o projeto RESGATANDO RAÍZES na intenção de ajudar crianças com o propósito de resgatar a identidade e a cultura nacional com a gastronomia criolla, a história venezuelana e danças. O trabalho também conta com a ação voluntária de mães de alunos que se reúnem para fazer as oficinas. O trabalho da defensora consiste em fazer a articulação, mediação e tradução para quem ainda não fala bem o português em programas do governo, dando acesso a políticas públicas e a rodas de conversas.

A DA CULTURA E DOS DIREITOS



MORADIA

DIREITO À MORADIA, REFORMA
AGRÁRIA, CIDADE E JUSTIÇA
SOCIOAMBIENTAL

Quantas vidas
para aprender?

Como lidar com
a desinformação

47

esperança



QUADRO DE INIQUIDADE

Ausência de políticas públicas e acesso negado à saúde com a inexistência dos postos de saúde públicos ou acompanhamento de agentes de saúde nos territórios rurais, a desconstrução das escolas no campo, a violência contra as mulheres.

BAIXADA FLUMINENSE



Elaine Ferreira de Oliveira

“SE O CAMPO NÃO PLANTA A CIDADE NÃO COME”, é com essa máxima que Elaine Ferreira de Oliveira, militante há mais de 10 anos da luta pela terra, águas e povos da floresta, se apresenta. Com atuação direta na Baixada Fluminense, a defensora integra a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), mobiliza mulheres e juventude com grupos de voluntários e parceiros na busca de garantia de direitos, no acesso a terra, em sua permanência de modo sustentável, na busca da diminuição da violência e da impunidade nesses territórios. Elaine acredita que para atuar em uma agenda conjunta com outros defensores dessa rede, deve buscar meios de subsidiar a ação pastoral social em favor dos trabalhadores da terra e dos povos e comunidades tradicionais, através de uma rede de denúncias de violações. Isso pode acontecer por tratamento e análise crítica de dados documentais do conflito de terra e violações do direito agrário. Outra proposta de atuação conjunta seria a articulação com outros projetos que viabilizassem formação de mulheres, oficinas e mobilizações agroecológicas.

De um modo geral, de acordo com a atuação de cada território, a CPT viabiliza e atua no contexto para diminuir os danos causados pela injustiça social, apoiando a luta dos agricultores para o avanço da reforma agrária na região. Conforme a própria nos indica:

“A VIOLÊNCIA NO CAMPO NOS PREOCUPA MUITO, AINDA MAIS PORQUE ELA ESTÁ ASSOCIADA TAMBÉM À COMPLETA PARALISAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. VIVENCIAMOS UMA VIOLÊNCIA CONTRA AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS DE FORMA INJUSTA E CRUEL, O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO RESULTA EM GRANDES PERDAS DE VIDAS E MODOS DE VIDA NO TERRITÓRIO. NO ENTANTO, MENOS A ESPERANÇA E A ALEGRIA DE UM POVO QUE RI QUANDO DEVERIA CHORAR, QUE LUTA QUANDO PENSAM QUE VAI DESISTIR, QUE DANÇA, QUE CANTA E CELEBRA A VIDA NA MÍSTICA DO AMOR PELA REFORMA AGRÁRIA, PELA AGRICULTURA FAMILIAR, PELA VIDA NO CAMPO. ESSA NÃO ACABA. E É NESSA ENERGIA DE CELEBRAÇÃO DA VIDA QUE

A PASTORAL DA TERRA SE FORTALECE
E MINHA VIDA GANHOU MAIS SENTIDO,
SEGUINDO A ACREDITAR EM GRANDES
VITÓRIAS E CONQUISTAS NA FORÇA DE UM
POVO QUE LUTA CANSADO DA MENTIRA,
CANSADO DE SOFRER, CANSADO DE
ESPERAR” .



 MORADIA

 BAIXADA FLUMINENSE

QUADRO DE INIQUIDADE

Falta de acesso a tratamento e acompanhamento em saúde mental; falta de acesso à água; falta de acesso a saneamento básico.

MAGÉ



Lyvia Leite



Ainda na região da Baixada Fluminense, temos a atuação da defensora Lyvia Leite. Com pouco menos de 2 anos de atuação e uma agenda múltipla, ela atua no Instituto Mirindiba, no Fórum Climático de Magé e no Guarani Coletivo. O Fórum Climático de Magé é uma iniciativa organizada por jovens ativistas do município que tem o objetivo de ampliar o debate sobre meio ambiente e justiça socioambiental no município de Magé. As características do município, que possui uma biodiversidade única e uma localização estratégica entre a serra e o mar, englobando diferentes ecossistemas e uma série de comunidades tradicionais diversas distribuídas pelo território, fizeram com que a discussão sobre a implementação de políticas públicas socioambientais e contra o racismo ambiental viessem à tona.

O primeiro Fórum Climático de Magé foi considerado pela Casa Fluminense, no “Guia para Justiça Climática”, como “1º Fórum Climático da Baixada Fluminense”, uma tecnologia social aplicada a

um território ignorado em muitos aspectos pelo poder público. O fórum teve como produto uma carta manifesto assinada por mais de vinte organizações, coletivos, comunidades tradicionais, movimentos sociais e foi protocolada na Prefeitura Municipal de Magé. A partir do 1º Fórum Climático de Magé e das demandas geradas a partir daí, foi fundado o Instituto Mirindiba de Ação Climática Popular, que é uma organização de formação sobre educação climática para a incidência política, estimulando e orientando a formação de novas lideranças. Lyvia ressalta que “uma das principais formas da atuação comum é a atuação em rede, procurando estar sempre com outras iniciativas e observando soluções que foram possíveis em outros territórios para pensar alternativas viáveis dentro dos nossos contextos também”. Temas como: pesquisa, educação, comunicação, saúde, território/meio ambiente e juventude atravessam as demandas da organização, pois todos eles fazem parte da luta por justiça climática.





CARTA
MANIFESTO -
FOMA



CARTILHA
FOMA



QUADRO DE INIQUIDADE

A ausência de segurança, o correio que não entrega nossas correspondências e a falta de manutenção nas áreas de casas removidas, que nos coloca em riscos de segurança, com índices de roubos no local e frequência de incêndio nos matos. Esses problemas e outros afetam a saúde das pessoas.

VILA AUTÓDROMO JACAREPAGUÁ



Sandra Maria de Souza Teixeira

“MEMÓRIA NÃO SE REMOVE”



Saindo da Baixada Fluminense e chegando na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, temos o território da defensora Sandra Maria de Souza Teixeira, que atua no Museu das Remoções, um museu de território, localizado na Vila Autódromo, em Jacarepaguá. Fundado em 2016, por moradores e apoiadores da Vila Autódromo, comunidade que passou pelo processo de remoção no contexto das mudanças urbanísticas promovidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro, na preparação da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Centenas de famílias foram removidas, apenas vinte famílias conseguiram resistir, permanecer na Vila Autódromo e, como mais uma ferramenta de luta, fundaram o Museu das Remoções. Tudo o que está no ambiente faz parte do acervo do museu, como o próprio nome já diz: Museu de Território.

Sua organização é composta por participantes gestores e muitos colaboradores, com reuniões periódicas presenciais e virtuais. Suas principais agendas estão no contexto de preservação cultural, direito à moradia e direito à cidade. As lutas do movimento social, no entanto, se transpassam e demandas como direitos de gênero, direito de imigrantes, direito ao trabalho digno, direito à vida, contra o racismo, contra a violência e o genocídio nas favelas, trabalhos de apoio à população em situação de rua e sistema carcerário fazem parte das agendas de luta apoiadas pelo Museu das Remoções. Além disso, os moradores da Vila Autódromo, em época de grandes eventos no Parque Olímpico, ficam sem transporte público e sofrem com a falta de segurança. O desenvolvimento no entorno, aumenta a especulação imobiliária e gera ameaças frequentes de aumento de taxas e projetos urbanos de higienização social.

DA CULTURA E DOS DIREITOS



RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

POVOS TRADICIONAIS, INDÍGENAS,
QUILOMBOLAS, TERREIROS E
JUVENTUDES PERIFÉRICAS

*Quantas vidas
para aprender?*

*Como lidar com
a desinformação?*

esperança



👥 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

📍 RIO DE JANEIRO – ZONA NORTE

COMPLEXO DE MANGUINHOS

QUADRO DE INIQUIDADE

A precária coleta de lixo, que gera duas consequências diretas na saúde do morador de Manguinhos: a possível transmissão de doenças infecciosas transportadas por vetores e o entupimento de bueiros, que colabora para enchentes em períodos de chuva.



Jessica Lene da Silva Santos



Outra defensora com mais de 10 anos na luta é Jessica Lene da Silva Santos. Remanescente do movimento estudantil de Ocupação das Escolas Estaduais e hoje formada em Pedagogia pela UNIRIO, a defensora se reconheceu como militante de Direitos Humanos do Movimento Estudantil. Moradora da favela de Manguinhos, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, a jovem que, há pouco tempo, atua de forma autônoma, ocupando espaços em mesas de debate para discutir o papel da mulher negra e da educação na sociedade, se tornou recentemente voluntária do Fala Manguinhos, uma rede de comunicação e jornal comunitário que possui cerca de 20 integrantes. A ação gira no contexto da comunicação comunitária, na participação de conselhos locais e da Coalizão pelo Clima.

Jessica tem uma trajetória voltada para a ação comunitária, como o trabalho que desenvolveu no Pré-Vestibular Popular Construção e no projeto de leitura Quilombo Moderno, que aconteceu no período da pandemia e utilizava o Instagram. A defensora acredita que a construção a partir do coletivo é fundamental para o andamento do processo, inclusive pensar em uma agenda de autocuidado que fortaleça a rede.

👥 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

📍 RIO DE JANEIRO – ZONA NORTE

ZONA NORTE

QUADRO DE INIQUIDADE

Precarização, falta de profissionais e medicamentos nas unidades de saúde.



Lucas Ferreira do Nascimento



Ainda na militância dos direitos da juventude negra, Lucas Ferreira do Nascimento participa do Coletivo Nacional de Juventude Negra - ENEGRECER. Fundado em 2009, na Bahia, com atuação no movimento estudantil e demais movimento sociais, o Enegrecer conseguiu organizar diversos jovens negros/as e prepará-los/as para a ocupação de espaços de poder, como uma das formas de garantir a igualdade racial no Brasil. Sua atuação também colabora para denunciar casos de racismo institucional e levantar estratégias de pressão sobre o poder público para a redução das injustiças étnico-raciais. Os principais objetivos políticos da organização são: A luta pela liberdade; Combate ao racismo; Protagonismo juvenil; Soberania Popular; Internacionalismo e o Feminismo. O Coletivo atua nos Conselhos de Promoção da Igualdade Racial, no Conselho de Juventude e no Comitê Gestor do Plano Juventude Negra Viva e Saúde.

O coletivo também atua com outros parceiros, como: a Horta Comunitária Maria Angu, a Coalizão Negra por Direitos, a Agenda Grande Madureira, o Núcleo de Estudos e Extensão sobre Grafias e Herança Africana - NEGHA/UFRJ, o Movimento Negro Unificado - MNU, a Secretaria de Meio Ambiente e Clima - SMAC, o Instituto Marielle Franco - IMF, a Diretoria de Combate ao Racismo da UNE, a Marcha Mundial das Mulheres, entre outros. O defensor atua prioritariamente na Zona Norte do Rio de Janeiro, em reuniões para definir os objetivos, o planejamento e organização das atividades propostas, incluindo avaliação das atividades.



RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS



RIO DE JANEIRO – ZONA NORTE

QUADRO DE INIQUIDADE

Violência policial, dificuldade e demora ao acesso a exames mais específicos pelo SUS, falta de acesso as mais diversas políticas públicas.

MORRO DO SALGUEIRO



Marcelo da Paz Rocha

Na sua luta, há mais de 10 anos, Marcelo da Paz Rocha transita em diversas frentes no Morro do Salgueiro, na Zona Norte do Rio de Janeiro, participa dos coletivos Caxambu do Salgueiro, Erveiras e Erveiros do Salgueiro e Instituto Sal-Laje. Sua ação prioriza processos de preservação da memória, com rodas de Jongo e de contação de histórias sobre Caxambu (um patrimônio imaterial brasileiro reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN). O defensor realiza a prática de cozinha ancestral quilombola, atua na cozinha comunitária, realiza capacitação para adolescentes, jovens e adultos valorizando as raízes afro-brasileira com a apresentação de receitas familiares centenárias. Sua atuação no coletivo de Erveiras e Erveiros do Salgueiro, consiste em fomentar quintais produtivos, hortas orgânicas e herbários no território da favela. No Instituto Sal-Laje, que ele atua como vice-presidente, os médicos e médicas do Centro Municipal de Saúde (CMS)/Posto de Saúde Heitor Beltrão atendem a população do Morro do Salgueiro. No período da pandemia, o posto de saúde foi entreposto para distribuição de cestas básicas e máscara. No Instituto também existem turmas de reforço escolar sob uma perspectiva antirracista.

Ao priorizar o fortalecimento da cultura ancestral dentro do Salgueiro, Marcelo direciona suas ações em processos para fomentar a cultura nas suas mais variadas formas: dança, culinária afrocentrada tradicional, dos saberes ancestrais ligados às ervas medicinais, comestíveis e litúrgicas, na erradicação da fome, fortalecendo os quintais produtivos, as hortas orgânicas e os herbários por meio de oficinas e rodas de conversas envolvendo as moradoras e moradores, estimulando assim, a segurança e a soberania alimentar.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

 RIO DE JANEIRO – ZONA OESTE

QUILOMBO DO CAMORIM

QUADRO DE INIQUIDADE

Atendimentos de urgência em que a pessoa precisa aguardar uma fila enorme no SISREG. Saneamento básico (muitos ainda utilizam fossas antigas que são prejudiciais ao solo) e despejo de esgoto direto no Rio. Falta de água encanada tendo assim a necessidade de desviar água da cachoeira. Clínica da família no território.



Rosilane Almeida

A quilombola Rosilane Almeida atua na Associação Cultural do Camorim, instituição responsável pelo Quilombo do Camorim Maciço da Pedra Branca, na Rede de mulheres Quilombolas da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombos). Sua ação é concentrada na educação quilombola, articulação de mulheres e na busca da soberania alimentar. Algumas das premissas de atuação são: o resgate e a revalorização dos elementos que constituem o patrimônio cultural da comunidade (como o jongo e a capoeira); a organização de uma rede de comunicação entre diferentes grupos, a fim de que possam manter um diálogo e troca de experiências; a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção da sustentabilidade local; elaborar e promover a educação ambiental sustentável.

Localizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, o Quilombo do Camorim tem como ação prioritária algumas bandeiras de luta, como o acesso à saúde, educação, saneamento e moradia digna para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Outros pontos fundamentais a serem levantados são: a titulação de terra para os povos originários e quilombolas, garantido a permanência segura no território e junto suas tradições e costumes; o acesso à justiça para todos; o combate ao fundamentalismo religioso; priorizar as cozinhas tradicionais como espaço de cura tanto do corpo quanto da alma; o uso da educação como ferramenta de transformação e frear o avanço da especulação imobiliária. O quilombo do Camorim se utiliza do audiovisual como ferramenta importante para disseminar conhecimento e eliminar preconceitos.



RIO CAMORIM

AH SE ESSE RIO FALASSE,
TERIA MUITA HISTÓRIA PARA CONTAR.

TESTEMUNHA DE SOFRIMENTO E CRUELDADE MAS
TAMBÉM DE ESPERANÇA E DE SONHAR.

HOJE VOCÊ SENTE AS DURAS PENAS ONDE
A GANÂNCIA PODE LEVAR,

SENTINDO ABALADA EM SUA PRÓPRIA
ESTRUTURA, PEDRA POR PEDRA DEVAGARINHO
A SE SOLTAR.

DIANTE DE TUDO ISSO RIO CAMORIM, QUERO
DIZER QUE TE OUÇO TÃO INTENSAMENTE QUE
ÀS VEZES DÁ VONTADE DE CHORAR.

MESMO COM TANTOS ABALOS A CALMARIA SEMPRE
INSISTE EM REINAR.

E COM ESSA SUA SABEDORIA EU POSSA
FORTALECER MEU ORI E ESPERO QUE ALGUM
DIA EM VOCÊ POSSA NOVAMENTE ME BANHAR.

Rosilane Almeida



MÚSICA
O QUE É O QUE É
GONZAGUINHA



ARQUEOLOGIA DO
CAMORIM

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

 PARATY



PARATY

QUADRO DE INIQUIDADE

A falta de atendimento às demandas, cobrança e necessidades nunca são colocados como prioridade, quase nunca conseguimos nossos direitos, como ter atendidas as demandas que enviamos ao conselho de saúde.

Marcia Para'i da Silva

Também vamos conhecer aqui a atuação da indígena Marcia Para'i da Silva, que já foi vice-cacique da Aldeia Araponga. Moradora de Paraty, cidade do Estado do Rio de Janeiro. A defensora declara que atua em seu território com a educação. Atuante há menos de dois anos nessa agenda, como professora, sua atividade acontece no coletivo com outras lideranças (caciques e a comunidade das aldeias). Através do espaço da sala de aula, ela faz um trabalho de preservação da cultura Guarani. Márcia também atua na representação das necessidades das mulheres indígenas.

A partir das organizações das lideranças de povos originários das cinco aldeias de Paraty, as decisões são tomadas de modo coletivo e assinatura de quaisquer documentos deve ser feita por todas as pessoas presentes.



A DA CULTURA E DOS DIREITOS



SAÚDE

SAÚDE INTEGRADA, DIREITO
DAS MULHERES (CIS E TRANS),
JUVENTUDE E POPULAÇÃO
LGBTQIAPN+

Quantas vidas
para aprender?



Como lidar com
a desinformação

 SAÚDE

 BAIXADA FLUMINENSE

QUADRO DE INIQUIDADE
EM SAÚDE

Ação de troca de medicação para pessoas que, por algum motivo, deixam a medicação acabar. Mesmo não sendo o ideal, não podemos deixar os usuários sem os medicamentos.

NOVA IGUAÇU

MESQUITA



Amanda Alves Bensi



Na temática da saúde temos a atuação da defensora Amanda Alves Bensi, que atua na Rede Jovem Rio + e na Associação de Gays e Amigos de Nova Iguaçu e Mesquita/RJ (AGANIM). Seu trabalho consiste em acolher as pessoas que recebem o exame de HIV/AIDS positivado. São feitas rodas de conversa, apoio e orientação às pessoas resistentes aos retrovirais, aos direitos sociais e civis da população LGBTQIAPN+.

Os encontros acontecem no último domingo de cada mês em uma área agradável, ao ar livre, em roda de conversas. Os temas de debate são: acesso a benefícios socioassistenciais, reações aos retrovirais, aconselhamento interpessoal entre acolhedores com integrantes, trocas de experiências e atuação no grupo do Facebook e WhatsApp para pessoas que estão em alguma vulnerabilidade, aconselhamento, e instituição de direitos e leis ao público LGBTQIAPN+.

QUADRO DE INIQUIDADES EM SAÚDE

No território da Maré ainda existem esgoto a céu aberto e água potável em escassez em algumas das 16 favelas. Violência territorial e do estado afetando a saúde mental dos moradores como um todo. Unidade de saúde com poucos profissionais. Falta de acesso a uma alimentação adequada.

COMPLEXO DA MARÉ



Elivanda Canuto de Souza

Elivanda Canuto de Sousa trabalha na agenda de saúde integrada da população em situação de rua e usuários de álcool e outras drogas por meio do Espaço Normal no Rio de Janeiro, idealizado e gerido pela Redes da Maré. Desde 2018, o Espaço Normal é um lugar de convivência, se tornando referência sobre drogas e redução de danos na Maré/RJ. Seu trabalho segue a linha de fortalecimento dos vínculos sociais através da convivência, do acolhimento, da articulação em rede e da sensibilização com e para a comunidade na promoção de práticas de cuidados pautadas na construção de políticas de drogas e de saúde mental garantidoras de direitos. Seu principal objetivo, falar sobre práticas de redução de danos e políticas de cuidado a pessoas que usam crack, álcool e outras drogas, através de uma ampla rede de cuidado no território, estimulando a criação de vínculos, diálogos e narrativas alternativas capazes de denunciar os efeitos da guerra às drogas e ampliar as formas de percepção dessas pessoas e das drogas, seu usos e riscos, de maneira geral.

A defensora realiza seu trabalho na Maré, que é o seu território de residência. Isso é importante, pois aumentam as possibilidades de vínculos, o que facilita a aproximação do usuário com o serviço. O projeto identifica as cenas de uso existentes no território e inicia o processo de vinculação com as pessoas que permanecem na localidade. Durante essa aproximação, as demandas que surgem são encaminhadas para o Espaço Normal que atua promovendo autonomia, protagonismo e cidadania. Além das ações que visam garantir a segurança alimentar dos frequentadores, o espaço também facilita o acesso à higiene e cuidado pessoal, passando a garantir o uso dos banheiros durante todo seu funcionamento.

DA CULTURA E DOS DIREITOS



TRABALHO

TRABALHO ANÁLAGO À
ESCRavidÃO, UBERIZAÇÃO,
PRECARIZAÇÃO E DIREITO
AO TRABALHO DIGNO

para aprender?

Como lidar com
a desinformação?

esperança

QUADRO DE INIQUIDADE

O trabalho realizado pelo movimento tem identificado continuamente inúmeras questões de saúde dos trabalhadores (principalmente a mental) causadas pelo estresse.

CENTRO



André Luís de Carvalho Pacheco

Ao falarmos da construção do Movimento dos Trabalhadores sem Direito, trazemos o trabalho de André Luís de Carvalho Pacheco. Sua agenda está ligada à luta por direitos dos camelôs, dos entregadores de aplicativo, empregadas domésticas e pedreiros. A organização existe desde 2022, com reuniões que acontecem em seccionais pelos estados e uma vez nacionalmente em São Paulo, no Casarão do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). A atuação do defensor acontece no Centro do Rio de Janeiro, sempre que tem alguma ação como apreensão de mercadorias qualquer violação grave de direitos dos trabalhadores. A forma truculenta que a guarda municipal age contra os camelôs é uma das grandes violações de direitos.



TRABALHADORES SEM
DIREITO: SURGE NOVO
MOVIMENTO SOCIAL

A DA CULTURA E DOS DIREITOS



VIOLÊNCIA

SEGURANÇA PÚBLICA, SISTEMA
PRISIONAL, FAMILIARES
E VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

*Quantas vidas
para aprender?*

*Como lidar com
a desinformação*



VIOLÊNCIA

RIO DE JANEIRO - ZONA NORTE

QUADRO DE INIQUIDADE

Questões relacionadas à saúde mental.

COMPLEXO DA MARÉ



Bruna da Silva

“FAZEMOS DO NOSSO LUTO
UMA LUTA POR VERDADE
MEMÓRIA E JUSTIÇA”



Bruna da Silva é uma defensora do grupo que luta contra a violência letal do Estado. Sua luta começa com o assassinato do seu filho Marcus Vinícius, de 14 anos, morto a caminho da escola em 2018, em uma operação ilegal, provocada pela Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), que é a elite da segurança pública do Rio de Janeiro, no meio de uma intervenção federal. Após esse evento traumático, Bruna se encontra com outras mães que tinham passado pela mesma situação, criando assim o primeiro movimento de mães da Maré.

A favela da Maré tem, hoje, aproximadamente 140 mil habitantes e tem sido alvo constante de operações policiais que acabam resultando em abusos e mortes. Na 7ª edição do Boletim Direito à Segurança Pública na Maré, da Redes de Desenvolvimento da Maré, pudemos identificar que no ano de 2022, das 283 violações de direitos identificadas em operações policiais, mais de 90% resultaram em morte. Por isso, a ação do coletivo é tão importante, pois participa de inúmeras frentes populares, como rodas de conversa, encontros e acolhimentos de outras mães de vítimas de violência do Estado, criando uma rede de apoio na luta por direitos.

VIOLÊNCIA

RIO DE JANEIRO - ZONA NORTE

QUADRO DE INIQUIDADE

Alto índice de tuberculose, falta de saneamento básico e de acesso à saúde dentária.

FAVELA DO MANDELA
COMPLEXO DE MANGUINHOS



Dandara Diaz

Ainda sobre esse tema, temos a atuação de Dandara Diaz, uma líder social que vivenciou o cárcere. Com isso, a defensora tem em sua agenda de militância algumas demandas, como a Agenda 2030, (com o foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), atuando no Instituto Mama Thula, com política do cuidado, promovendo a justiça restaurativa em prol das pessoas que cumprem penas privativas e auxiliando seus familiares aos melhores caminhos de acesso ao direito a políticas prisionais. A iniciativa também segue o caminho do acesso à educação. Dandara teve a oportunidade de estudar sobre encarceramento na África do Sul, encarceramento de mulheres e confinamento solitário baseado na experiência de Nelson Mandela. Essa atuação permitiu a construção de redes internacionais de parceria com países como Colômbia, África do Sul e Argentina.

O Instituto Mama Thula atua nos seguintes eixos: Apoio Educacional (Reforço Escolar), acesso ao Direito para todos, atendimento sóciojurídico. Se estruturando recentemente como organização social civil, desenvolve um trabalho de apoio educacional, sediado na Associação de Moradores da Varginha, na favela do Mandela, no Estado do Rio de Janeiro. O projeto de apoio educacional é ofertado aos filhos e filhas das mulheres sobreviventes do cárcere, que de alguma forma foram afetadas pelas políticas da violência do estado. Nele é desenvolvido um trabalho educacional de reforço escolar, cultivando a cultura infantil dos alunos em suas diversidades culturais e dando-lhes o direito à aprendizagem.

Possibilidades de trabalho em rede entre defensores e defensoras

Uma das etapas fundamentais do ciclo de oficinas formativas da Rede é o processo de apresentação da história de militância dos defensores e defensoras. A partir do conhecimento da atuação dos colegas, estes foram convidados a pontuar as possibilidades de trabalho em parceria, listando atividades que podem ser desenvolvidas junto aos demais coletivos, potencializando as expertises de cada defensor e defensora para tecer uma Rede sólida e colaborativa:





ALINE DA SILVEIRA BASTOS

Território de atuação:

Chapéu Mangueira, Padre Miguel, Realengo, Niterói e Região Central da cidade do Rio de Janeiro.

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Coletivo *Iyá De Ouro*, Projeto *Além do Morro* e Ong *Portadores do Ritmo*.

ANDRÉ – Promover eventos e mutirões sociais dentro da Lapa, trazendo visibilidade para a luta dos camelôs;

ELAINE – Articular propostas que ampliem o acesso à educação popular no campo;

ELIVANDA – Realizar cursos itinerantes que promovam melhores condições de educação para as pessoas que estão em situação de rua;

JESSICA – Promover iniciativas de comunicação popular inclusiva na luta contra o capacitismo;

JULIA – Articular propostas que ampliem o acesso à educação popular na Praia do Sono, analisando a possibilidade de implementação de um pré-vestibular comunitário;

LUCAS – Suporte para ampliar a rede de educação popular junto aos movimentos da juventude;

LYVIA – Implementar cursos pré-técnico e pré-vestibulares no território de Magé;

MARCELO – Promover atividades de educação popular no espaço Sal-laje;

MARCIA – Promover iniciativas de educação popular, incluindo pré-vestibular, educação continuada e aulas de reforço;

ROSILANE – Articular propostas que ampliem o acesso à educação popular no Quilombo do Camorim;

YELITZA – Formar mediadores para oferecer reforço escolar às crianças venezuelanas com déficit de aprendizagem devido à dificuldade da língua e dos efeitos do processo de migração, especialmente para crianças com algum tipo de deficiência.



AMANDA ALVES BENSI

Território de atuação:

Região Central do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense.

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Militância de Pessoas Trans e PVHIV - AIDS, Rede Jovem Rio+ e AÇANIM - Associação de Gays e Amigos de Nova Iguaçu e Mesquita.

ALINE – Realização de atividades de cultura e educação, com troca de experiências em um espaço neutro e seguro para pessoas transexuais;

CYNTHIA – Realizar atividades de arte e cultura nas escolas, apresentando o conhecimento e vivências das pessoas trans de modo a combater preconceitos, bem como, atividades educativas sobre prevenção às infecções sexualmente transmissíveis para as pessoas que estão começando a ter uma vida sexual.



ANDRÉ LUIZ DE CARVALHO PACHECO

Território de atuação:

Região Central do Rio de Janeiro, Zona Sul e Região Metropolitana.

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Trabalhadores sem direito e ATIAL - Associação dos trabalhadores informais dos arcos da Lapa.

ALINE – Articulação para promoção de eventos culturais nas ruas e casas de show da Lapa que gerem renda para os trabalhadores informais do entorno;

LYVIA – Realizar rodas de conversa sobre questões ambientais junto aos trabalhadores informais da região da Lapa, sobretudo para repensar o uso dos geradores de energia elétrica;

TAIANE – Realizar rodas de conversa para debater a falta da garantia de direitos e a discriminação contra trabalhadores informais, pensando melhorias para essa categoria.



BRUNA DA SILVA

Território de atuação:

Zona Norte do Rio de Janeiro, em especial no Conjunto de Favelas da Maré.

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Movimento de mães da Maré e Movimento Parem de Nos Matar.

DANDARA – Realizar atividades conjuntas na luta contra o cárcere e o genocídio. Afinal, quando o estado não mata ele encarcera;

MARCELO – Realizar atividades de divulgação da cultura do Caxambu e do trabalho das erveiras e erveiros do Salgueiro.



CYNTHIA RACHEL ESPERANÇA

Território de atuação:

Zona Norte e Subúrbio do Rio de Janeiro (Mas a arte chega em lugares inimagináveis).

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Encruzilhada Feminina de Arte Negra, Coletivo de Mulheres Negras, Movimento de Mulheres Negras Sapatão e Movimento de Arte Educadoras.

ALINE, LUCAS, PATRÍCIA E ROSILANE - Criar redes formativas de educação popular e sobre as questões étnico-raciais;

DANDARA - Firmar parceria na formulação do Instituto e criação do Podcast “A voz que vem de dentro”, falando sobre as vivências da população Trans no encarceramento;

ELAINE E LYVIA - Fazer uma parceria para aprender mais sobre as vivências e conflitos da terra e participar de formações no território delas. Além de compreender como as artes cênicas podem ser instrumento formativo para as lutas travadas no campo;

ELIVANDA - Colaborar com oficinas de arte no Espaço Normal e, da mesma forma, criar acesso para que as pessoas atendidas pelo projeto possam participar das iniciativas do Coletivo Encruzilhada Feminina. Espera também realizar o espetáculo no Espaço Normal;

JÉSSICA - Formalizar oficinas de Comunicação como um Direito Humano para defensores e jovens estudantes do Ensino Médio;

MARCELO - Contribuir de forma artística e educacional com os processos formativos que o instituto Sal-laje realiza e fortalecer a parceria com o Coletivo de erveiras e erveiros do Salgueiro;

SANDRA - Quero entender como criar memórias e guardá-las, assim como ela conseguiu construir no Museu das Remoções. A parceria será de aprendizado para manter as memórias das atividades que realizo no Coletivo do qual faço parte;

TAIANE E YELITZA - Desenvolver parcerias para criação artística junto a seus movimentos.



DANDARA DIAZ

Território de atuação:

Manguinhos, Varginha, Mandela e Benfica.

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Instituto Mama Thula, Programa Reintegrar - CEERT/SP, Incarceration Nations Network - GFF24, Diálogos do Cárcere.

BRUNA – Oferecer apoio no atendimento sociojurídico às mães e familiares de pessoas em privação de liberdade e das vítimas de violência do estado/policial. Apoiar essas mães e familiares na luta para conseguir, de alguma forma, trazer essa justiça restaurativa e o acesso aos direitos;

CYNTHIA – Realizar parcerias no campo da arte para pessoas pretas, sobretudo a partir da construção de podcasts;

MARCELO – Desenvolver atividades de reforço escolar no espaço Sal-laje, voltadas para a filosofia africana;

ROSILANE – Desenvolver atividades de educação baseadas nas filosofias africanas e no pertencimento ao Território, de modo a contribuir para desmantelar a estrutura colonialista e o racismo estrutural que afetam nossas crianças. Gerando sofrimentos durante o período da infância e nos processos da cultura infantil;

YELITZA – Fazer uma parceria no campo da educação e principalmente da política de cuidado para as crianças venezuelanas, buscando entender as dificuldades no processo de aprendizagem das crianças migrantes.



ELAINE FERREIRA DE OLIVEIRA

Território de atuação:

Rio de Janeiro (em especial na Baixada Fluminense e em Campos de Goytacazes) e Espírito Santo (São Mateus e Pedro Canário).

Movimentos, núcleos e coletivos:

Comissão pastoral da terra - CPT (Regional Rio de Janeiro / Espírito Santo)

ALINE – Realizar parceria para ampliar o acesso dos jovens do campo aos eventos nos espaços urbanos;

ELIVANDA – Promover espaços de diálogos com as pessoas em situação de rua, ensinando o trabalho da agricultura familiar e mostrando a liderança das mulheres do campo;

JESSICA – Desenvolver atividades de comunicação com os jovens que apresentam falta de interesse pelas questões do campo. Promover diálogos para captação de projetos e fortalecimento da mídia da CPT (Comissão Pastoral da Terra) regional;

JULIA E MARCIA – Planejar e realizar seminários sobre trabalho escravo, sistematizar registros de conflitos, marcar visitas e ajudar a denunciar os problemas identificados;

LYVIA E PATRÍCIA – Fazer palestras sobre o meio ambiente e sobre a destruição da terra dentro do campo, levando mais informações às pessoas que moram no campo com poucas garantias de acesso às políticas públicas. Realizar formações com informações práticas sobre a luta contra os agrotóxicos. Fortalecer o diálogo com os trabalhadores do campo, sobretudo com as mulheres, orientando-as sobre como captar recursos com a venda de mercadorias produzidos por elas;

MARCELO – Articular parceria entre os movimentos para a troca de saberes e conhecimentos da(o)s erveiras e erveiros do Salgueiro com o projeto Farmácia Viva no território de Queimados, realizados pelas próprias mulheres do campo, que trazem receitas ancestrais e as fabricam. Realizar rodas de conversa sobre a importância do conhecimento ancestral e ensinar para os jovens a importância do respeito e valorização dos idosos;

ROSILANE – Utilizar as ferramentas da CPT (Comissão Pastoral da Terra) para registrar e denunciar os possíveis conflitos existentes na região do Quilombo do Camorim.



ELIVANDA CANUTO DE SOUSA

Território de atuação:

Complexo de Favelas da Maré, Complexo do Alemão e Manginhos.

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Espaço Normal, CDM - Casa das Mulheres - Redes da Maré.

ALINE – Construir uma proposta de educação inclusiva envolvendo as pessoas em situação de rua (alfabetização de adultos, pré-vestibular);

MARCELO – Promover atividades sobre alimentação saudável e soberania alimentar para pessoas em situação de rua, a partir dos conhecimentos da(o)s erveiras e erveiros do Salgueiro, das experiências com horta comunitária e cozinha familiar;

SANDRA – Realizar palestras sobre o direito à habitação e o resgate de histórias do território;

TAIANE – Realizar atividades voltadas à arte como redução de danos (Slam, hip-hop, poesia etc.).



JESSICA LENE DA SILVA SANTOS

Território de atuação:

Manguinhos

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Fala Manguinhos, Conselho Gestor Intersetorial de Manguinhos, Mulheres Negras Decidem, Instituto Marielle Franco e Voz das Comunidades.

ELAINE – Apoiar na comunicação e divulgação da luta das trabalhadoras e trabalhadores do campo, com vídeos que mostrem principalmente o protagonismo das mulheres negras como lideranças do movimento.

ELIVANDA - Por meio da comunicação, dar visibilidade aos direitos e necessidades das pessoas em situação de rua;

LYVIA – Realizar atividades de comunicação (vídeos, projetos, filmagens, fotografias) relacionadas à preservação do meio ambiente, com uma linguagem acessível às pessoas que realmente sofrem com os impactos causados pelo descaso ao meio ambiente;

MARCELO – Trabalhar na produção de peças de comunicação para trazer mais visibilidade para os projetos Sal-lage e Caxambu do Salgueiro;

MARCIA – Desenvolver projetos, documentários, vídeos e tudo o que for necessário para contribuir na preservação da história dos povos indígenas de Paraty.





JULIA SANTOS DE ALBUQUERQUE

Território de atuação:

Praia do Sono, Paraty - RJ / Comunidades tradicionais de Paraty.

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Coletivo de educação diferenciada de Paraty, Coletivo de Turismo de base comunitária da Praia do Sono, Coletivo de mulheres caiçaras do Sono, Coletivo de Produtores de Cultura de Paraty, Fórum de Comunidades Tradicionais e Fórum permanente de Cultura de Paraty.

ALINE – Promover mais acesso à educação para os jovens e propor a construção de um pré-vestibular popular na Praia do Sono;

LUCAS – Articular parceria entre os movimentos para acolher a população da Praia do Sono na residência no bairro de Madureira/RJ;

LYVIA – Promover debates e palestras sobre o meio ambiente e mudanças climáticas para a Praia do Sono, uma vez que o território é uma reserva ecológica que tem sido degradada pelo turismo predatório;

MARCIA – Propor atividades de intercâmbio cultural e passeios com as crianças indígenas e caiçaras que costumam ficar isoladas devido ao difícil acesso aos seus territórios.



LUCAS FERREIRA DO NASCIMENTO

Território de atuação:

Território nacional, em especial no Rio de Janeiro.

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Coletivo Nacional de Juventude Negra - Enegrecer e Movimento Negro Unificado (MNU).

ALINE, DANDARA E LYVIA – Fomentar parcerias de projetos relacionados à educação popular e questões ambientais;

CYNTHIA - Realizar oficinas de teatro dentro da residência organizada pelo coletivo Enegrecer em Madureira/RJ;

ELAINE – Realizar rodas de conversa com troca de saberes sobre o papel das mulheres negras no campo;

JESSICA – Promover atividades de comunicação e acesso à informação com o uso de linguagens apropriadas, realizando uma formação para futuros comunicadores nas mídias sociais.

LYVIA LEITE

Território de atuação:

Magé e Baixada Fluminense

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Instituto Mirindiba de Ação Climática Popular, Fórum Climático de Magé e Coletivo Guarani.

ELAINE – Realizar formações sobre o que é racismo ambiental voltado para a vivência das trabalhadoras e dos trabalhadores do Campo;

JESSICA, LUCAS E PATRÍCIA – Promover atividades de educação e comunicação popular e territorial, sobretudo voltadas para a juventude;

MARCELO, MARCIA E ROSILANE – Pensar estratégias e atividades que fortaleçam as comunidades tradicionais do município, uma vez que Magé tem a segunda maior população quilombola do Estado e também tem uma alta concentração de população indígena;

SANDRA – Realizar parceria para, a partir de atividades de museologia social, auxiliar no resgate da história dos povos que construíram Magé.



MARCELO DA PAZ ROCHA

Território de atuação:

Zona norte da Capital e Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Caxambu do Salgueiro, Coletivo de Erveiras e Erveiros do Salgueiro e Instituto Sal-Laje.

ELAINE – Trazer as pessoas que moram nas áreas assistidas pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) para fazer uma visita guiada pela cidade, terminando no Morro do Salgueiro com apresentação da roda de Jongo e para comerem uma comida ancestral;

ELIVANDA – Levar o coletivo de erveiras e erveiros do Salgueiro para o Espaço Normal para falar sobre a soberania e segurança alimentar e informar como as plantas que podem beneficiar e potencializar a nossa saúde;

ROSILANE – Fazer uma parceria para a troca de experiências entre o Quilombo do Camorim e o Quilombo do Salgueiro sobre o processo de preservação da memória, saberes, história e ancestralidade;

SANDRA – Realizar atividades de educação continuada sobre museologia social no Morro do Salgueiro. “O Salgueiro em si já é um museu social e nem precisa de espaço físico pra isso”;

TAIANE – Desenvolver uma parceria para a retomada do sarau de poesia “Quintas poéticas”, às quintas-feiras, no espaço Sal-laje;

YELITZA – Utilizar o espaço Sal-laje para promover a cultura e culinária dos migrantes refugiados venezuelanos, contribuindo com a preservação da memória do seu povo.





MARCIA PARA'I DA SILVA

Território de atuação:

Terra Indígena Arapongas - Paraty/RJ.

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Escola indígena da tribo Guarani karai Okà, Movimento de mulheres indígenas Kunhague - Sudeste e Movimento de juventude indígenas Sapucaí Tenonderã.

ALINE – Articular parceria para promover a educação popular e inclusiva no território das aldeias de Paraty;

JESSICA – Ampliar a rede de comunicação do seu território;

JULIA – Fazer uma parceria para intercâmbio cultural entre os territórios indígena e caiçara.



PATRICIA DOS SANTOS SILVA

Território de atuação:

Municípios da Baixada Fluminense e no Território da Maré, na cidade do Rio de Janeiro.

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Futuro Brilhante, Luta pela Paz, Ação Cidadania Gaia e Movimento Negro de Belford Roxo.

ELAINE – Promover a interação do campo com o urbano na Baixada Fluminense e auxiliar mulheres trabalhadoras da terra a ampliar seu conhecimento sobre direitos e acesso à educação;

JESSICA – Realizar formação sobre comunicação comunitária e o uso de tecnologias, principalmente com a juventude do território de Belford Roxo;

JULIA – Articular caminhos e estratégias sobre outras formas de promover o acesso à educação, trazendo para as crianças e jovens os saberes e a força dos povos Caiçaras;

LYVIA – Formar uma parceria para pensar o uso da tecnologia como ferramenta para promoção de segurança na Baixada Fluminense, além de ampliar a visão sobre a questão na Baixada;

MARCELO E ROSILANE – Promover oficinas sobre educação antirracista na Baixada Fluminense;

MARCIA – Desenvolver uma parceria para trabalhar com a juventude a conexão entre história e ancestralidade, através de iniciativas de comunicação e educação sobre a cultura da população indígena nas escolas de Belford Roxo;

SANDRA – Realizar seminários, aulas e rodas de conversa sobre museologia social para manter viva a memória e a história do povo da Baixada Fluminense.



ROSilANE ALMEIDA

Território de atuação:

Quilombo do Camorim e Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Coletivo de Mulheres da ACQUILERJ, Coletivo de Mulheres da CONAQ, ACQUILERJ, Associação Cultural Do Camorim (ACUCA) e Núcleo Pedagógico Quilombola.

ALINE – Realizar parceria no campo da educação inclusiva junto ao núcleo pedagógico do Quilombo e implementar um pré-vestibular comunitário;

DANDARA – Desenvolver atividades de letramento racial, trazendo também o olhar de uma egressa do cárcere para a ampliação da luta contra o racismo;

ELAINE – Realizar rodas de conversa no Quilombo do Camorim sobre conhecimentos do campo e a luta das mulheres;

ELIVANDA – Auxiliar na luta com as pessoas em situação de rua no Espaço Normal;

JESSICA – Realizar oficinas sobre comunicação popular e o uso de novas tecnologias, fazendo com que as informações cheguem a mais pessoas, sobretudo na pauta da luta contra o racismo;

JULIA – Parceria para incentivo à educação infantil voltada para a valorização da natureza. Realizar o intercâmbio de territórios para que possam aprender mais um sobre o outro;

LUCAS – Articular atividades de ensino para jovens que queiram acessar a universidade;

LYVIA – Promover rodas de conversa ou oficinas com o Instituto Mirindiba para ampliar o conhecimento sobre as questões ambientais e mudanças climáticas;

MARCELO – Buscar aprofundar os estudos da ancestralidade de África e promover cultura e ancestralidade de quilombo para quilombo;

MARCIA – Fazer atividades envolvendo o resgate ancestral entre os povos quilombolas e indígenas, sobretudo no campo da educação e independência das mulheres;

SANDRA – Promover rodas de conversa no Quilombo do Camorim sobre luta por território.



SANDRA MARIA DE SOUZA TEIXEIRA

Território de atuação:

Vila Autódromo - Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro.

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Museu das Remoções, Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (REMUS), Conselho Popular pelo Direito à Habitação e Rede Favela Sustentável

ELIVANDA – Realizar oficinas e debates para construção e fortalecimento da identidade da população em situação de rua;

JULIA – Utilizar o museu das remoções como ferramenta de luta, realizando debates sobre os processos de expulsão da população dos seus territórios devido à especulação imobiliária;

LYVIA – Realizar trabalhos que promovam a visibilidade dos territórios impactados pelo controle e injustiças, ampliando a visibilidade da luta da pauta ambiental;

MARCIA – Promover oficinas e debates sobre a preservação das memórias dos povos originários, dando visibilidade de ambas as lutas contra a especulação imobiliária;

ROSILANE – Apoiar e dar visibilidade à luta da população quilombola, considerando especialmente que os dois territórios – Vila Autódromo e Quilombo do Camorim – são próximos e são impactados pela violência e pelas disputas por preservação do seu território;

YELITZA – Realizar um trabalho de preservação da memória como instrumento de luta dos migrantes refugiados venezuelanos.



TAIANE RIBEIRO SILVA DE SOUSA

Território de atuação:

Centro da cidade do Rio de Janeiro.

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Movimento Slam e Movimento em defesa dos direitos das pessoas em situação de rua e contra a uberização das relações de trabalho.

ANDRÉ – Articular rodas de conversa e interação com trabalhadores em situação de trabalho informal, visando ampliar a discussão acerca da busca por direitos;

ELIVANDA – Utilizar sua experiência como Agente Comunitário de Saúde (ACS) para apoiar o Espaço Normal, realizando escutas e rodas de conversa sobre os direitos, reconhecendo e se solidarizando com todas as injustiças da situação em que se encontram;

JESSICA – Articular parceria para ampliar o conhecimento sobre comunicação popular e desta forma alcançar mais pessoas utilizando novas tecnologias para divulgação de ações coletivas;

ROSILANE – Articular parceria entre os movimentos para conhecer mais sobre a luta quilombola.



YELITZA JOSEFINA LAFONT PAREDES

Território de atuação:

Corredor Itanhangá - Morro do Banco.

Movimentos, Núcleos e Coletivos:

Aldeias Infantis SOS, Venezuela Global e ONG Ação em Atitude.

ALINE – Desenvolver atividades de apoio educativo, principalmente às crianças migrantes e refugiadas com dificuldade de inclusão no cotidiano escolar;

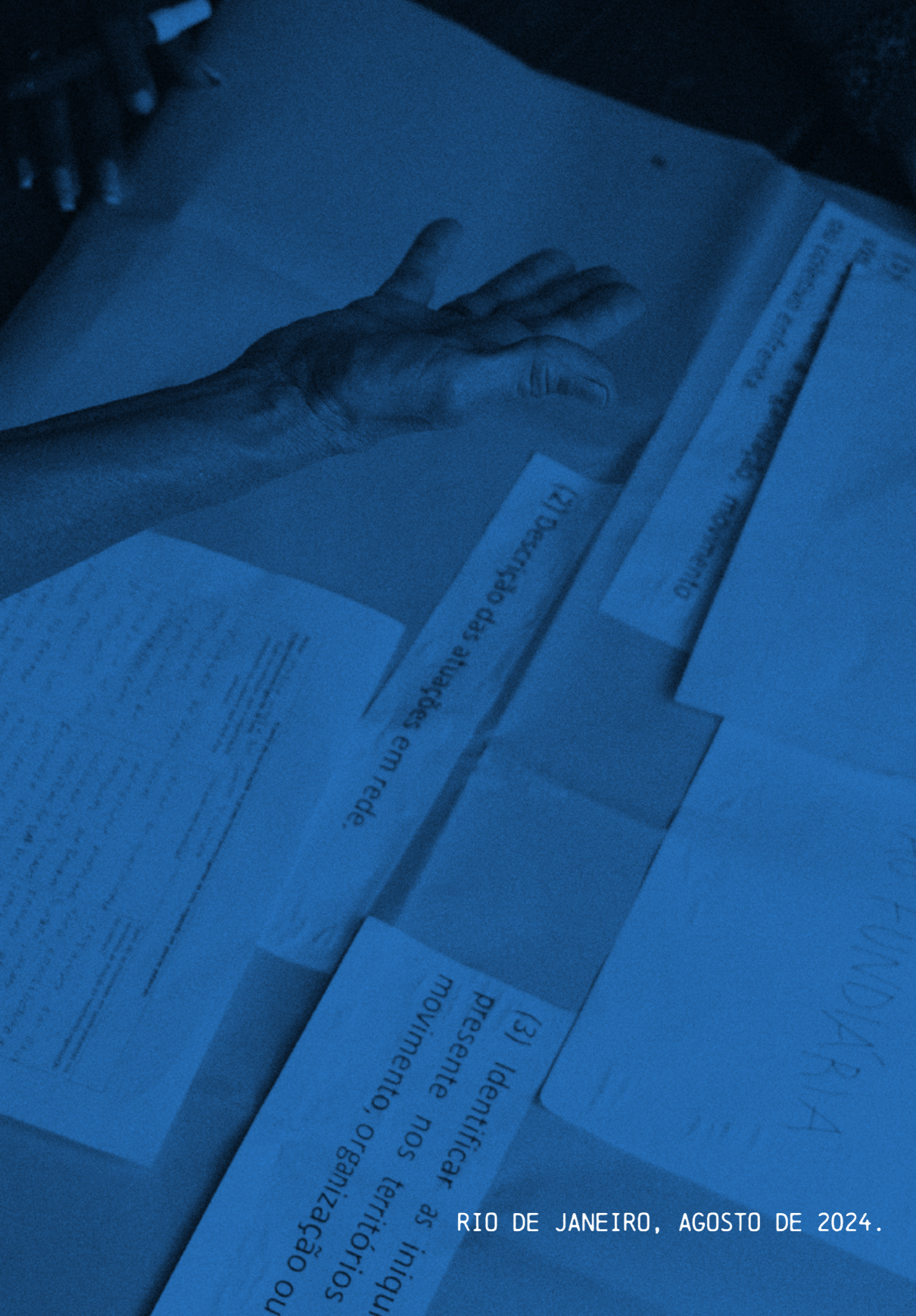
ANDRÉ – Apoiar no processo de retirada de documentos de pessoas refugiadas e apátridas que trabalham na informalidade;

ELIVANDA – Articular parcerias entre os movimentos voltadas para a promoção da saúde das pessoas em situação de rua. Bem como desenvolver uma parceria para conseguir doações (roupas, brinquedos e comida) e ajudar nos processos de retirada de documentações para os imigrantes em situação de rua;

JULIA E MARCIA – Formar parceria para o desenvolvimento de atividades de educação infantil e preservação das culturas junto a migrantes, refugiados e povos originários e caiçaras;

MARCELO – Articular parceria entre os movimentos para pensar estratégias de preservação da história, cultura e gastronomia da população migrante e refugiada;

SANDRA – Fazer parceria entre os movimentos para pensar a problemática da questão da moradia dos migrantes e refugiados, ajudando àqueles que estão na luta por habitação e na organização de ocupações.



(2) Descrição das situações em rede.

(3) Identificar as iniquidades presentes nos territórios movimento, organização ou

FUNDIÁRIA

REALIZAÇÃO

